

OS SEM-LUGAR: UMA ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS DE JOVENS QUE VIVEM NAS RUAS DE PORTO ALEGRE

Anelise Gregis Estivalet¹

Resumo:

A questão central deste trabalho refere-se ao cotidiano de jovens que vivem nas ruas da cidade de Porto Alegre. Utilizo o termo “sem-lugar” para evidenciar o que seus relatos demonstram que parecem nascer “sem lugar” no mundo, crianças que, ao nascerem, não tiveram lugar em suas famílias nem em suas comunidades de origem e, hoje jovens adultos, buscam achar este lugar. Interessou-me entender como ocorreu a sua saída para a rua, a relação antes e depois com sua família, bem como os motivos que os levam a permanecer ou não nessas condições de vida. O trabalho de pesquisa de campo consistiu em observações sobre o cotidiano dos jovens nas ruas e realização de entrevistas. Foram feitas análises de documentos e reconstrução de trajetórias de vida, por meio de entrevistas. Essas foram realizadas com questionários semi-estruturados, compostos por frases curtas e incompletas. Solicitei aos jovens que as completassem com a primeira idéia que lhes viesse à mente. A pesquisa foi realizada com quatro jovens entre dezessete e vinte anos que vivem ou viveram em situação de abandono nas grandes cidades. Foram utilizados, ainda, instrumentos como o diário de campo e a fotografia. Parto da hipótese de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, são capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência, fato constatado ser possível. Detectei que esses jovens que vivem nas ruas confrontam-se com o limite do tempo como uma moratória vital.

Palavras-chave: rua, identidade, família.

¹ Socióloga formada pela UFRGS. Mestre em Educação pela UFF. Trabalha atualmente na Assessoria de Pesquisa e Formação da SMDHSU

1. Introdução

Pesquisar acerca de meninos/as que vivem nas ruas do Brasil não é uma tarefa fácil. Ao contrário, é uma proposta que trilha caminhos tortuosos e difíceis. Primeiro, porque pesquisamos sobre crianças e jovens que experimentam o abandono e a sobrevivência nas ruas. Segundo, porque uma criança ou um jovem, ao optar por este tipo de vida, está fazendo uma escolha muito difícil. Ir para a rua como última alternativa é um ato de coragem. A rua constitui-se em um espaço possível, uma estratégia de sobrevivência. Carmem Craidy no livro “Meninos de rua e analfabetismo” traz resultados de uma experiência de alfabetização realizada em Porto Alegre no ano de 1991. Nesse trabalho, discute a significação da língua escrita buscando uma mediação entre o que são e como vivem os meninos de rua e a construção do significado da língua escrita em suas vidas, situando como o processo de exclusão social e construtor do analfabetismo.

Segundo Craidy (1998):

“A rua não se constitui para o menino como espaço alternativo, mas sim como espaço possível. Não é lugar de liberdade (ainda que seja por muitos vista como tal), mas um lugar de confinamento”.(p.22)

Escolhi como tema para esta pesquisa a trajetória² de jovens de 17 a 20 anos, investigando como ocorreu sua saída, os momentos mais significativos (na perspectiva dos sujeitos) e a situação desses jovens no momento da investigação. Acredito que essa seja uma forma de atentar para os problemas vivenciados pelos jovens como a morte precoce e o uso abusivo de drogas como o crack, que vem assolando a vida dos meninos de rua em Porto Alegre. Também creio que ao mostrar os relatos desses quatro jovens, que estão entrando na maioridade, e suas disposições em adotar uma trajetória de vida diferente, demonstra-nos que é possível vermos de outra forma a vida dos meninos de rua e não apenas condená-los ao fatalismo da morte. Os relatos de nossos jovens demonstram uma boa vontade em mudar, em acreditar que o futuro será diferente.

2 A noção de trajetória representa uma série de posições sucessivas ocupadas por um agente (ou um mesmo grupo) num espaço, ele mesmo em devenir e submetido a incessantes transformações, conforme Bourdieu (1986).

Esta pesquisa se justifica inicialmente pela frequente visão que as pessoas e as instituições têm desses indivíduos, gerando, muitas vezes, uma idéia estigmatizada que não contribui para o sucesso das políticas públicas destinadas a essas crianças e jovens; em segundo, por perceber que as iniciativas institucionais devem considerar os meninos/as que vivem nas ruas como sujeitos de deveres e direitos e garantir a eles a atenção necessária para o seu pleno desenvolvimento físico, mental e para o exercício da cidadania³.

Defini como objetivo geral pesquisar sobre o jovem que vive na rua e sua relação com o cotidiano em que está inserido. Melucci (2005) nos diz que uma das dimensões cruciais da sociedade contemporânea é a importância da vida cotidiana como espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação. Segundo ele, o atentar para a vida cotidiana estende o foco sobre a particularidade dos detalhes e a unidade dos acontecimentos que dificilmente servem para ser observados, contidos e organizados dentro dos modelos de análise unicamente quantitativos:

“Na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que não é mais somente indicado pelas estruturas sociais e submetido aos vínculos da ordem constituída. O sentido é sempre mais produzido através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado na pesquisa” (p.29).

Neste sentido, tive como objetivos específicos o desejo de entender: 1) o modo como ocorre à saída da criança e/ou jovem para a rua; 2) a relação mantida com os pais ou responsáveis antes e depois; 3) os motivos que os levam a permanecer ou não nessas condições de vida; 4) as suas percepções e vivências mais significativas. Trabalhei com a hipótese de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, são capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência. E, a partir das entrevistas realizadas, percebi que a hipótese se confirmou.

³ Cidadania é aqui entendida como uma representação social que se faz da política, daquilo que cada sujeito histórico entende seja seu direito e sua disponibilidade de ação.

Parti da idéia de que os jovens que estão vivendo nas ruas confrontam-se, pelo menos, com um limite ao entrarem na maioria: o tempo biológico como uma moratória vital.

A oficina de produção de papel reciclado da qual dois dos quatro meninos entrevistados faziam parte não foi objeto de pesquisa, mas várias vezes fiquei aguardando que encerrassem a atividade que estavam fazendo para que depois pudéssemos conversar. Sempre que produziam algo: capas de agenda, cadernos, agendas telefônicas, faziam questão de me mostrar o produto de seu trabalho.

2 - Trilhando caminhos

À vontade de realizar este trabalho teve origem em minha experiência profissional. Foi justamente por esta vivência que comecei a me preocupar com a entrada na maioria de jovens com os quais trabalhava e que isso seria de grande importância para a obtenção dos dados que me interessavam para a pesquisa.

Pressupus que uma pesquisa etnográfica poderia dar maior riqueza de detalhes aos quais estava disposta a pesquisar. A pesquisa etnográfica propõe ao pesquisador que vá a campo com um novo olhar, após a apropriação de pesquisas e teorias ligadas à problemática a ser estudada, fazendo uma leitura longitudinal do processo de construção de cada sujeito e da sua atual dinâmica de vida. É uma busca de se familiarizar com o estranho e estranhar o familiar (Velho, 1994). O objetivo é captar os processos em movimento. Para Fonseca (1994): “...o sucesso do contato educativo depende do diálogo estabelecido entre o agente e seu interlocutor e é nessa área de comunicação que o método etnográfico atua” (p.02). Dessa forma, o trabalho de pesquisa de campo consistiu em observações sobre o cotidiano dos jovens nas ruas e realização de entrevistas. Para Sarti (2007):

“As entrevistas constituem sobretudo uma oportunidade singular na vida das pessoas pesquisadas, a oportunidade de falar e principalmente de ser escutado. São a prova rara do conhecimento de sua existência por alguém que não pertence a seu mundo”(p. 24).

A pesquisa foi realizada em um dos locais onde os meninos mais convivem atualmente: a Escola Municipal Porto Alegre, localizada na zona central da cidade de

Porto Alegre. A escolha se deu por ser um local que, além de acolher as crianças e jovens em situação de rua, proporciona ensino. Não oferece apenas ensino regular, mas também oficinas de trabalho educativo. Tem por objetivo:

“ser um espaço de acolhimento, organização e socialização de saberes, assegurando à criança e ao adolescente socialmente excluído o acesso ao conhecimento elaborado historicamente, a partir da socialização e reconstrução deste conhecimento, potencializando ações voltadas para o trabalho educativo na perspectiva da construção de um projeto de vida autônomo” (p.125).

Nas primeiras visitas à escola procurei conhecer o ambiente, o espaço físico, as atividades realizadas, as pessoas que ali trabalham e as crianças e jovens que freqüentam o espaço. As entrevistas foram realizadas em um período de três meses: agosto, setembro e outubro de 2007.

Os convites iniciais aos meninos para fazer as entrevistas foram feitos por mim, explicando que queríamos conversar sobre a “vida dos meninos de rua”. A direção da escola e a vice-diretora foram bastante receptivas ao trabalho, mostrando-se sempre disponíveis e disponibilizando um espaço no qual pudéssemos conversar a sós e com tranquilidade com os alunos. No caso das meninas, fiz três tentativas com três diferentes meninas que se negaram a conversar sobre o assunto. Uma delas ressaltou: “Não gosto de falar da minha vida, tudo o que aconteceu desde a minha infância foi triste e o que não foi triste aconteceu por causa de algum fato triste antes” (Ca, 18 anos). Outra menina grifou: “Não quero falar do presente porque também é ruim e não sei se vou ter futuro” (C, 18 anos). A terceira nos disse que simplesmente “não queria conversar” (V, 17 anos), de modo que, depois dessas tentativas, resolvi não insistir.

Foi a partir de um roteiro temático que busquei conhecer a trajetória de vida de cada um. A elaboração do roteiro temático da entrevista se fundamentou na hipótese inicial da pesquisa de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, seriam capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência, e com o cotidiano que os rodeia. Foi por isso que estruturei o roteiro de entrevista tendo como base três

momentos significativos desse processo: o momento que antecede a decisão de ida para a rua e como eram suas vidas em família; os motivos que os levaram a sair para as ruas; o período de permanência na rua; e o momento atual de suas vidas. Nesses três momentos, a saída para a rua, a vida na rua e o momento atual, buscamos identificar o tipo de relação que, objetiva e subjetivamente, tiveram com os principais agentes de interação social nesse período, focando nosso interesse nos seguintes temas: família, comunidade, escola, grupo de amigos e instituições de atendimento.

Coletei os dados para a pesquisa a partir dos relatos de quatro jovens em situação de rua, que possuíam idade entre 17 e 20 anos e que tinham tido a rua como seu local de moradia, identificando os fatores que contribuíram para a decisão de irem às ruas ou de saírem delas. A partir das entrevistas, busquei recompor suas trajetórias de vida, tendo como referência que a vida é uma história e é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa desta, ainda que os acontecimentos não ocorram, necessariamente, numa sucessão cronológica: *“o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisto, fora de propósito, de modo aleatório”*(Alain Robbe-Grillet apud Bourdieu, 1986, p. 76).

Dessa forma, o campo da pesquisa foi realizado com alguns jovens já conhecidos e outros desconhecidos. Foram escolhidos jovens em situação de rua que tiveram acesso a diferentes instituições, sendo que em uma delas trabalhou a pesquisadora, o que possibilitou a facilidade de acesso aos dados e documentos, envolvendo a situação destes jovens. Tive, portanto, um universo de quatro jovens entre 17 e 20 anos, que vivem ou viveram em situação de rua. Esta definição de escolher jovens nesta faixa etária representa uma diferenciação, principalmente no contexto constitucional, que faz com que tenham diferentes tratamentos das políticas sociais. Até os 18 anos, as crianças e os jovens estão dentro da proteção integral abrangida pela legislação. Ao completarem 18 anos, estes mesmos jovens passam a ser legalmente responsáveis pelos seus atos e perdem benefícios legais, como direito a abrigo e alimentação em instituições diferenciadas, além de passarem a responder por crimes que

venham a praticar, recebendo por estes penas integrais.

A opção por trabalhar com jovens do sexo masculino deu-se pela menor presença de mulheres no espaço social dos moradores de rua. Através de uma primeira análise dos prontuários, obtive o seguinte perfil:

QUADRO 1 - PERFIL DO GRUPO

NOME	SEXO	IDADE DE ENT/RUA	IDADE ATUAL	ESCOLARIDADE	ÚLTIMA INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO
G	M	09 anos	19 anos	2ª série Ensino Fund.	ESCOLA PORTO ALEGRE
RR	M	12 anos	18 anos	3ª série Ensino Fund	EPA/ACOLHIMENTO NOTURNO
L	M	09 anos	20 anos	5ª série Ensino Fund	ESCOLA PORTO ALEGRE
DA	M	09 anos	17 anos	5ª série Ensino Fund	EPA/ACOLHIMENTO NOTURNO

Tabela 1 – perfil dos jovens que foram entrevistados

A tabela acima demonstra-nos que os quatro jovens vieram para as ruas muito cedo, na maioria dos casos com nove anos. A escolaridade deles é muito baixa e não ultrapassa a 5ª série do ensino fundamental. Os locais referidos como instituições de atendimento são os seguintes: Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que é uma escola com objetivo específico de trabalho e atendimento a crianças e jovens em situação de rua; e o Acolhimento Noturno, que é um local de pernoite para jovens de ambos os sexos na mesma. A tabela acima demonstra-nos que os quatro jovens vieram para as ruas muito cedo, na maioria dos casos com nove anos. A escolaridade deles é muito baixa e não ultrapassa a 5ª série do ensino fundamental. Os locais referidos como instituições de atendimento são os seguintes: Escola Municipal de

Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que é uma escola com objetivo específico de trabalho e atendimento a crianças e jovens em situação de rua; e o Acolhimento Noturno, que é um local de pernoite para jovens de ambos os sexos na mesma situação. Este prevê a redução de danos, oferecendo serviços somente à noite e é um local onde tomam banho, fazem refeições, atividades lúdicas e pedagógicas e dormem. No Acolhimento Noturno, os jovens entram às 19h e saem às 7h da manhã seguinte. Como percebemos pela tabela, todos os jovens tiveram como seu último local de atendimento o trabalho de redução de danos do Acolhimento Noturno.

Os relatos foram levantados através de entrevistas semi-estruturadas com os quatro jovens. Foram semi-estruturadas porque foram compostas por frases curtas e incompletas, solicitando aos jovens que as completassem com a primeira idéia que lhes ocorresse. Em estudos realizados com esta metodologia (Raffaeli, Koller, Reppold, Kuschick, Krum e Bandeira, 2001 apud Neiva-Silva & Koller, 2002) a reação imediata a uma sentença aberta, eliciava respostas espontâneas, sem tempo para a censura. Mais ainda: o fato de as sentenças serem estruturadas facilitava ao participante que as completasse, sem que ele mesmo tivesse que elaborar uma frase estruturada.

Outro instrumento de pesquisa que foi utilizado para registrar os dados de campo foi a fotografia. Essa revelou-se um instrumento para auxiliar no diário de campo, objetivando registrar situações que, posteriormente, foram descritas.

Compartilho da posição de Melucci (2005) ao destacar que pesquisar acerca dos meninos que vivem nas ruas *“muda a atenção para as dimensões culturais da ação humana e acentua o interesse e a importância da pesquisa de tipo qualitativo”* (p.29).

3 - “Como era sua família?”

G. morava com a mãe e os irmãos e em alguns momentos com companheiros de sua mãe. Seu pai não morava com eles, nem os visitava: *“eu morava com a minha mãe antes né, com minha mãe e com os meus irmãos: J., G. e com o J.M.”*. A mãe teve os filhos de vários relacionamentos: *“conheci ele (o pai) uma vez que ele foi lá em casa levá o J., que o J. morava lá com ele, que ele também é filho do meu pai. Os meus*

outros irmãos são de outros cara". O pai de G. nunca pagou pensão alimentícia para nenhum dos filhos: *"ele nunca deu assistência pra nenhum dos filhos"*. Repetindo uma prática comum nas famílias de baixa renda, G. foi morar com a avó: *"Aí eu pedi pra mora com a minha vó, porque a minha vó queria cuidá dos neto"*. Quanto ao relacionamento com a mãe, G. tem ressentimentos quanto às atitudes da mãe e faz ressalvas quanto ao comportamento alcoolista. Declara, ainda, que tem um bom relacionamento com a avó materna, a que conheceu.

A família de D. era também numerosa com oito irmãos, no entanto, todos eram filhos da mesma união. D., quando ainda pequeno, também veio a residir com uma "madrinha" em Porto Alegre que era irmã de sua mãe: *"Aí eu conheci a minha madrinha por causa que ela foi lá me buscá né pra me adotá, porque ela é minha tia"*. Segundo ele, esta madrinha não tem filhos biológicos e:

"já tinha pegado a minha irmã, porque quando a minha irmã nasceu minha mãe não queria ela daí a minha mãe ia dá a minha irmã só que aí a minha madrinha viu que ela ia dá e pegou pra cria e ela tá com ela até hoje, a minha irmã já tá com uns 20 e poucos anos, já tem até um filinho e mora com a minha madrinha até hoje, ela tem o marido dela, na verdade o segundo marido porque o primero morreu daí ela arrumô outro e agora tá grávida desse".

Ele e a madrinha tem um bom relacionamento apesar de ele alegar que não se dá bem com o marido da madrinha:

"sim, porque a minha madrinha sempre...já conhece porque ela é da família e ela já conhece como é que é lá, daí ela sempre me entendeu, quando eu ligo sabe ela sempre me atende e o meu padrinho quando ele atende ele desliga".

A família de L. tem histórico parecido com a dos outros: *"há! Eu morava lá na Alvorada, no Úmbu lá com a minha mãe aí a gente foi mora lá na casa da minha tia"*. Tem seis irmãos. O pai não morava com eles. O cunhado, namorado de uma das irmãs era quem tentava ser a imagem masculina da casa, mas foi uma tentativa que não foi bem aceita por L.:

“é que naquele tempo minha mãe e meu pai não se davam muito e eu não me dava muito com o meu cunhado, o namorado da minha irmã, a gente brigava muito eu não era bem educado eu era adolescente, mas hoje nós já somos adultos. Porque ele queria manda na gente queria fazê as coisa e que a gente baxasse a cabeça mas um dia eu pensei que ele ia vim e eu não ia aceitá vô te que fazê alguma coisa porque ele tinha uma maldade”.

L. conta que ainda pequeno também passou a morar com a tia, que não tinha filhos e a avó materna: *“Há! A minha mãe largou a gente com a minha tia quando eu tinha sete anos, ela foi pro serviço e não voltou e a minha tia não tem filho (...) Minha tia saiu de Alvorada vendeu a casa e veio morá com a minha vó”.*

A história de R. não é diferente, pois mora com a avó desde pequeno: *“eu morava com a minha vó, minha vó foi quem me criou desde pequeno”.* Seu pai biológico ele nunca conheceu, somente o padrasto que foi quem o registrou: *“o meu pai eu não conheço e a minha mãe morava em outro lugar. A minha vó criou eu, minha prima e meu outro irmão”.* Ele só passou a morar com a mãe quando ela veio morar em Porto Alegre e R. estava com onze anos. No entanto, R. atribui o início de seu interesse pela rua a partir deste período, pois: *“Daí eu comecei a morá com ela só que ela não me tratava que nem a minha vó. Tipo se eu faltasse o colégio a minha vó me batia, me deixava de castigo ou me xingava e a minha mãe nem se importava, tanto faz (...) Porque ela nunca se preocupô e a minha vó sempre corria atrás de mim, mas eu não dava bola”.*

R. também tem seis irmãos. Atualmente não tem conhecimento de como está sua família, porque segundo ele: *“Se eles quisessem me vê eles já teriam me procurado. Eles cortaram até o telefone pra mim não ligá mais pra lá. (...) Eu ligo pra lá e dá número inexistente”.* R. também não teve muita convivência com o padrasto e do difícil relacionamento com a mãe:

“Porque ele só vinha em véspera de alguma coisa, no natal tipo assim, aí ele fô de vim no ano novo só que ele não veio aí depois eu nunca mais vi ele. Se eu soubesse onde ele trabalha eu ia lá falá com ele. E ainda quando ele ia lá em casa ele ficava num bar, ele gostava de ficar do jeito que ele quisesse, era num bar ele tomando a cerveja dele e a gente tomando refri, tava sempre

chapado, mas esse é o pai que me registrô porque o meu pai biológico eu nunca conheci (...) Porque a minha mãe achava que eu era doente, que eu tinha uma doença como é o nome, leucemia, aí ela me deu pra minha vó. Minha vó foi me buscá. E a minha mãe nunca me falô do meu pai. Às vezes tava tudo bem aí começava a bebê e discuti. Porque a maioria dos meus irmão nunca moraram com a gente sempre iam embora com os pais”.

Podemos dizer que as famílias de G., D., L. e R. apresentam vários traços característicos das famílias de baixa renda. “A sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres “chefes de família” é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites das casas” (Sarti, 2007, p.68). Apesar de as mães de G., L. e R. terem tido vários companheiros, vemos que foram sempre elas que permaneceram como adultos de referência da família, mas a partir daí: “O exercício dos papéis sexuais, nos casos em que se desfaz a relação conjugal, passa para a rede familiar mais ampla, mantendo o princípio da complementaridade de papéis, transferidos para fora do núcleo conjugal. Nesses casos, além dos familiares consanguíneos, tem papel importante a instituição do compadrio” (Sarti, 2007, p.68). Isto fica evidente quando, a partir de uma certa idade, G., L., D. e R. passam a residir com os avós ou padrinhos:

“Para entender o lugar das crianças nas famílias pobres é, mais uma vez, necessário diferenciar as famílias que cumpriram as etapas do seu desenvolvimento sem rupturas, em que os filhos tendem a se manter no mesmo núcleo familiar, e as que se desfizeram nesse caminho, alterando a ordenação da relação conjugal e a relação entre pais e filhos” (...) Nos casos de instabilidade familiar, por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida” (Sarti, 2007, p. 77).

Em novas uniões conjugais, quando há filhos de uniões anteriores, os direitos e deveres entre pais e filhos no grupo doméstico ficam abalados, na medida em que os

filhos não são do mesmo pai e da mesma mãe, levando a ampliar essa rede para fora desse núcleo. Nessa situação, os conflitos entre pais e filhos e o novo cônjuge podem levar a mulher a optar por dar para criar seus filhos, ou alguns deles, ainda que temporariamente. As criança é, então, confiada a outra mulher, normalmente da rede consanguínea da mãe como é o caso de D. e L.

Nos casos de separação, pode haver preferência da mãe pelo novo companheiro, como no caso de G. prevalecendo o laço conjugal, circunstancialmente mais forte que o vínculo mãe-filhos. Uma nova união tem implicações na relação da mãe com os filhos da união anterior que expressam o conflito entre conjugalidade e maternidade.

No entanto, a instabilidade familiar, embora seja um fator importante, não esgota o significado da circulação de crianças, que pode acontecer mesmo em famílias que não se romperam.

3.1 - Família

Família é, para nós, considerado como uma referência, que possui códigos de obrigações próprios sendo também uma linguagem através da qual as pessoas traduzem o mundo onde vivem. Ao nascer, é a família que faz o elo de ligação entre nós e o mundo. Pensemos, então, como fica esse nosso elo quando não somos bem vindos em uma família desde o nosso nascimento. Muitas famílias de baixa renda não tem o que comer, moram em condições precárias, convivendo com os ratos, sem falar da total deficiência de saneamento básico. Nessas condições, uma pessoa a mais na família pode representar a privação de outras coisas: *“Não ter o que comer, a fome, significa não apenas a brutal privação material, mas a privação da satisfação de dar de comer, que vem da realização de um valor moral”* (Sarti, 2007, p.62).

A maioria das famílias, de onde os meninos de rua saem, é chefiada por mulheres com pouca qualificação profissional e/ou com muitas crianças. Os relatos de nossos quatro jovens demonstram isso claramente.

Este foi um dos pontos que mais me chamou atenção durante a realização da pesquisa. As histórias dos jovens, em certos momentos de suas vidas, pareciam se repetir.

Estudos demonstram que existe uma forte relação entre pobreza e chefia feminina, pois a pobreza afeta, de modo geral, a moral e o papel de provedor do homem na família. Podemos dizer, então, que as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente. Autores como Lopes e Gottschalk (1990) mostram que as famílias chefiadas por mulheres estão numa situação estruturalmente mais precária, mais independente de variações conjunturais, quando comparadas com as famílias pobres, equivalentes no ciclo familiar, que têm chefe masculino presente, dadas as diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Sarti (2007), percebe-se que, na maioria dos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da família, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade, e efetivamente a mulher pode assumir o papel masculino de “chefe” (de autoridade) e definir-se como tal. No entanto, o problema está em manter a dimensão do respeito, conferida pela presença masculina:

“Um pouco a minha mãe falava que não tinha condição de criar eles. Porque a minha vó sempre batalhó, ela criou três sem ajuda, sem nada, agora que ela tá tendo uma ajuda, mas antes ela não tinha. E eu acho que se ela tivesse como criar os outros filhos da minha mãe ela criava. Mas a minha mãe não tem sentimento pelos filho porque porque dá pra outro cuidá? Eu não tiro a razão dela mas acho que se fosse eu, eu não dava” (R.).

Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um “chefe” masculino.

Entretanto, não é o que percebemos ter ocorrido com as famílias de nossos quatro jovens. Seus relatos chamam a atenção para as atitudes “relapsas” de suas mães:

“Porque quando eu crescer na vida eu vou lá na minha mãe e ela vai vê que eu não tô robando, não tô me drogando, que eu tô seguindo o meu caminho porque se eu ficá em casa, se eu dependê da minha mãe ou da minha família não tem nada pra mim” (G.).

Segundo Peralva (1997), “*escolarização e sentimento familiar se desenvolvem como dimensões complementares e contraditórias da experiência individual: por um*

lado, enviar a criança ao colégio traduz a atenção particular de que ela passa a ser objeto no seio da família” (p.15).

Isso significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera. Para L. família é: *“família é a mesma coisa que escola. Onde um falha na família todos falham”*.

Se a comunicação dentro da rede de parentesco revela o papel crucial da mãe, conforme observa Woortmann (1987), isso não significa “centralidade” da mulher na família, mas o cumprimento de seu papel sexual, de mantenedora da unidade familiar, numa estrutura que não exclui o papel complementar masculino, deslocado para outros homens que não o pai.

Contudo, as relações com as figuras masculinas que permearam suas vidas sempre apareceram com uso da violência: o namorado de uma das irmãs de L. o agredia; o padrasto de G. agredia ele e os irmãos; o pai e o padrinho de D. eram violentos com os filhos e o padrasto de R. não os dava importância, numa espécie de violência desvelada (ignorar alguém). D. comenta que: *“eu só não tô em casa por causa do meu padrinho, por causa que ele é muito brabo, porque ele fala muita coisa assim, aí ele já se irrita, já começa a querê briga”*. Quanto ao pai: *“desde pequeno sempre andando na rua aí quando a gente voltava pra casa a gente já conhecia a maldade da rua, daí o meu pai vinha me baê e eu já não aceitava mais tinha uns 8, 9 anos”*. D. diz que a ele não interessa saber notícias dos pais. A meu ver, o fato de eles não trabalharem, viverem da mendicância, usarem drogas e não ter interesse pelos filhos contribuiu para o desinteresse de D.

Percebemos, também, que em nenhum dos casos os jovens tiveram uma referência masculina positiva em suas vidas, seja de tios, padrinhos ou avôs. Nos relatos, aparece-nos sempre a figura da avó, mas nunca a do avô insinuando que, provavelmente, suas mães tiveram a mesma instabilidade conjugal que as avós.

3.2 – Identidade

A figura deve ser inserida aqui!

O esquema acima visa demonstrar que a sociabilidade influencia na construção da autonomia, assim como a constituição da cidadania na construção e reconstrução da identidade do sujeito. Podemos dizer também que o “ser cidadão” influencia na autonomia do sujeito e na sua sociabilidade e construção de sua identidade. Todos os fatores se relacionam e influenciam entre si.

A família é uma referência simbólica para a identidade dos sujeitos, especialmente para os pobres, seja dentro ou fora de casa. “A família, pensada como uma ordem moral, constitui o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social” (Sarti, 2007, p. 22). E mais:

“A família não é apenas o elo efetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo” (p.52 e 53).

Estudos sobre os pobres urbanos, ressaltam a importância da casa como referência básica na constituição de sua identidade social. Assim, na (des) ordem da casa ou do corpo estariam as marcas dos moradores de rua.

Trabalhamos aqui com identidades sociais, ou seja, aquelas que são, por definição, identidades em movimento, definidas e redefinidas por contrastes. Identidades que estão sempre se estruturando e reestruturando. É pela relação com o outro e em oposição ao outro que construímos nossa identidade.

Na sociedade capitalista urbana convivemos diariamente com os apelos da sociedade de consumo. Consumo este que várias famílias de baixa renda não podem usufruir. Por conviverem em um espaço repleto de apelos ao consumo, tornam-se expostos às aspirações e desejos que este meio cria, que podem torná-los insatisfeitos e frustrados.

Assim, o trabalho e a família constituem as referências básicas através das quais os pobres constroem sua identidade social positivamente:

“Neste processo relacional que constitui a construção da identidade social dos pobres, no qual há identificação – pela necessidade de afirmação de um grupo de referência – e diferenciação – pela necessidade do contraste para sua definição positiva, a constante oposição, o contraste a que nos referimos, opera como um mecanismo estrutural. Não são, entretanto, os termos que se opõem, mas é a oposição que define os termos. Não é o bandido que se opõe ao trabalhador, o marginal ao homem de bem, a puta à mulher honesta, mas é a oposição que precede e define os termos, porque a oposição é constituinte desse processo relacional de construção de identidades sociais. Esta formulação diz respeito a uma análise estrutural” (Sarti, 2007, p.135).

Segundo Sarti (2007), existe uma pluralidade de referências que delimitam a identidade social dos pobres urbanos. Há, também, uma lógica de oposições, correspondendo, assim, a um mecanismo estrutural de construção de suas representações e de sua identidade social. Embora essa lógica de oposições, que preside as relações entre iguais, seja própria do processo, em si, de construção de identidades sociais, não sendo específica dos pobres nem da sociedade de classes onde vivem, transfigura-se, neste caso, num mecanismo que procura responder à particularidade de sua situação na sociedade desigual onde vivem. O processo relacional de construção de sua identidade social opera, então, como ideologia – noção que envolve relações desiguais de poder, quando se trata da sociedade capitalista, num mecanismo de relativização e de compensação por sua localização como “pobres” nesta sociedade.

Cabe, então, possibilitar às classes de baixa renda a constituição de uma identidade positiva e da noção de dignidade própria. Possibilitar-lhes, ainda, a construção de uma identidade pessoal, de privacidade, individualidade e autonomia, não confundindo aqui individualidade com individualismo.

Pierre Bourdieu, acerca dos trabalhos que realizou na década de 1980 na França sobre a gênese do Estado e sua relação com os cidadãos e a economia dos bens simbólicos, escreve sobre os campos de produção da cultura trabalhando, entre outros assuntos, com as chamadas “marcas intelectuais”. Para Bourdieu, uma trajetória de vida é previsível de acordo com a origem social da pessoa. Esta terá um “espaço de possíveis”. A pessoa se orienta em direção a tais ou quais possibilidades oferecidas e,

com frequência, de maneira inconsciente. Para ele, há uma correspondência entre a hierarquia de posições e a hierarquia das origens sociais.

Considerando a noção de trajetória, Bourdieu reflete em seu texto sobre a ilusão biográfica acerca do nome próprio como fator constitutivo da identidade. Questionamos como fica, então, a constituição da identidade desses jovens que vivem nas ruas, muitas vezes sem sobrenome e, nem mesmo, um nome próprio. Para Bourdieu (1986):

“Por essa forma inteiramente singular de nomenclatura que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis” (p.186).

Lemos (2002), acerca do trabalho que realizou com jovens moradores de rua de Porto Alegre, nos diz que:

“Assim, entre os codinomes e apelidos que adquirem na rua, o local em que se identificam aparece como um sobrenome. Tanto há quem assina ‘Jorge M.S.’, que não é sobrenome, mas quer dizer Morro Santana, quanto há o ‘Marcos da Praça XV’, a ‘Ritinha da Ponte’, o Luizinho do Postão’ (Posto de Saúde da Vila Cruzeiro) e o ‘Zeca City” (p.49).

O nome próprio seria, então, a representação de uma individualidade biológica socialmente instituída, que permite ao seu portador uma constante através do tempo e uma unidade nos espaços ocupados por diferentes agentes sociais que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos. O nome próprio, como instituição, assegura, além das variações de lugar e de momento, a constância nominal, de identificar-se consigo mesmo (Bourdieu, 1986).

3.3- Planos e projetos para o futuro.

As entrevistas nos revelaram que os quatro jovens, mesmo já tendo passado por caminhos tortuosos e difíceis, são capazes de terem planos e elaborar projetos pensando no futuro. Em geral, eles sonham em ter uma casa e, depois que tiverem concluído o

Ensino Médio e uma boa colocação no mercado de trabalho, pretendem constituir família e ter filhos.

L. começa nos revelando que seu objetivo é se tornar um programador de computadores e deixa bem claro como quer ser: *“o que eu pretendo é chegar no nível do haquer, mas tem haquer assim que desvia dinheiro ou roba dinheiro, que baxa um programa pra roba dinheiro do pessoal, mas eu quero sê um haquer assim do bem né, uma pessoa assim profissional”*. Ele tem em mente que este objetivo não é para um futuro próximo, pois diz que: *“Há vai demorá um pôco pra mim me formá do primeiro grau porque eu vô podê arranjá um emprego melhor e mais rápido se eu tivé o segundo grau”*. Sabe que para alcançar seus objetivos tem que estar fora das ruas e com um local de moradia estável: *“Quem tá na rua é irresponsável, agora eu sô responsável porque eu sei o que eu faço e o que eu deixo de fazê. Os curso que eu gosto, o diálogo com as pessoa boa, isso influenciô a minha auto-estima pra melhor”*.

Pensa também em constituir família e ajudar os irmãos menores: *“no futuro eu penso em montá uma família pra mim e ajudá os meus irmão porque eles ainda são meio criança às vez eles dizem que querem fugi e eu digo “ô meu não é assim” porque o que aconteceu comigo não tem que acontece com eles”*. No entanto, tem consciência de que deve realizar alguns planos antes disso: *“Eu não penso em tê filhos até eu terminá os meus estudo e consegui um emprego. Por que um filho significa mais responsabilidade, mais amadurecimento. É uma experiência e uma coisa boa, é da vida né, é do ciclo.*

Outro relato, o de G. que demonstra grande força de vontade: *“tô lutando né meu. Tô procurando meus bagulho. Eu queria algumas coisa que eu não conseguia, tipo assim tê a minha casa, o meu videogame, a minha tv, minha bicicleta, te a minha ropa todos os dia assim, te vários bagulho que nem os otros guri tem tá ligada”*. Ele ressalta que o dinheiro que vem recebendo de uma bolsa de apoio ao jovem adulto, no valor de R\$ 200,00 sacia suas necessidades: *“geralmente eu compro ropa, comida porque eu gosto de comê massa, guisado, refri. Compro rôpa, camisa, calça, óculos, relójo pinto meu cabelo de vez em quando há faço várias coisa com o dinheiro”*.

O jovem D. pensa em retornar para a casa de sua madrinha ou alugar um local para morar: *“há eu quero ou voltá pra casa ou alugá uma casa pra mim, uma peça, eu e mais algum amigo né”*. Quer colocar em prática o que aprendeu em um curso que fez e começar a trabalhar em um emprego formal: *“é, eu acharia legal né porque daí eu ia trabalhá ali e eu ia mostr pro meu padrinho pra ele tê confiança aí eu podia voltá pra casa. Eu até tava pensando que eu podia compra uma casa”*. Tem consciência, também, que tem que concretizar algumas coisas antes de tudo:

“Eu acho que primero eu tenho que estudá e se tivé um trabalho podê trabalhá pra podê tê o que quer porque se a gente não se ajudá ninguém ajuda ninguém e trabalhá pra não precisá tirá nada de ninguém. Mas se a pessoa tivé força e vontade tem que lutá porque na vida a gente sempre vai tê uma pedra no caminho e se o cara vai exaltá por qualquer coisa não vai arrumá nada na vida”.

E, por último, R. corrobora com o desejo dos outros entrevistados:

“Eu tenho que arranjá um lugar pra ficá e depois estudá. Porque eu tenho que vê se eu vô continuá aqui ou se eu vô morá numa república pra vê onde eu vô estudá. Eu penso numa coisa melhor, seria melhor se as coisas acontecessem mais rápido porque eu não consigo me conformá com certas coisa, tipo eu queria tê mais liberdade”.

Secretaria Municipal de Administração de Porto Alegre

Quanto aos cursos que vem realizando tem bem claro qual o seu objetivo:

“eu não pretendo trabalhá como padêro, eu vô fazê esse curso sabe juntá meu dinheiro abri uma conta, pega a minha identidade. E eu vô juntá dinheiro pra fazê um curso de vigilante, mas eu também já tô ajeitando isso aí. Porque o dinheiro que eu tô recebendo da bolsa é só três meses mas já dá pra juntá alguma coisa”.

Creio que o mais importante seja que em seus depoimentos a forma de pensar que o futuro deles poderá ser melhor é a que mais conta para que possam realizar alguns de seus obeitivos: *“Porque eu era um cara que não acreditava em mim mesmo, que eu tinha força pra fazê as coisa, que eu vi que não era nada do que eu pensava... há eu vi*

que “tudo posso naquilo que me fortalece” (risos) Mas eu acho que eu tenho capacidade”.

No entanto,

“a elaboração de projetos individuais para melhorar de vida através do trabalho esbarra nos obstáculos do próprio sistema onde se inserem como pobres e torna-se particularmente problemática diante das obrigações morais em relação a seus familiares ou a seus iguais, com os quais obtêm os recursos para viver. Assim, os projetos, em que a idéia de melhorar de vida está sempre presente, são formulados como projetos familiares” (Sarti, 2007, p.84 e 85).

Para estes jovens: *“trabalhar não deixa de significar a afirmação de sua individualidade, ao abrir a possibilidade de conquistar um espaço de liberdade, na tentativa de ter acesso a bens de consumo e a padrões de comportamento que definem as marcas do jovem urbano: tênis, jaquetas, som etc” (Sarti, 2007, p.105).*

Quanto à possibilidade de terem filhos sabe-se que *“os filhos dão à mulher e ao homem um estatuto de maioridade, devendo torná-los responsáveis pelo próprio destino, o que implica idealmente se desvincular da família de origem e constituir novo núcleo familiar. O filho pode, então, tornar-se um instrumento para essa desvinculação” (Sarti, 2007, p.74).*

Penso que o leitor esteja se questionando como meninos que em tão pouco tempo de vida enfrentaram tantas dificuldades podem pensar em projetos de vida futura tão saudáveis? Mas penso também que o leitor deva refletir “e porque não tê-los?”

4. Conclusões gerais

A posição relativista foi proposta para pensar como trazer a palavra ou a cultura do silenciado partindo de um projeto de convivência da humanidade em termos mais tolerantes em uma ordem mundial mais democrática e pluralista. Dessa forma, as pesquisas nas ciências sociais tem de incorporar à sua análise a consciência social, enquanto dado, que a vítima das situações sociais adversas tem da adversidade e de si mesma.

Ao realizarmos este trabalho e alertando-nos para a importância dada por esses jovens às suas famílias concluímos que o sistema transfere para o grupo familiar parte de suas irracionalidades, isto é, o próprio custo social da transição para um modelo de capitalismo tecnicamente mais desenvolvido, de capital de composição orgânica mais alta.

Percebemos que nossos jovens, ao integrar-se no mundo do ter e do parecer, também afirmam os valores próprios dessa sociedade, reafirmando os valores da sociedade de consumo. Percebemos também que a deterioração dos valores éticos que deveriam permear as relações sociais, e que daí resulta, já produz seus desastrosos efeitos na socialização anômica das novas gerações, na vivência cotidiana atravessada pela violência. Nosso objetivo aqui não é o de questionar como os valores desses jovens se constituíram, mas sim de tentar entender como eles se constituíram.

Não há como deixar de fazer alguns comentários sobre dois assuntos que permearam as nossas entrevistas: o uso de drogas e as instituições de abrigamento.

O que pudemos notar é que as mães de todos os jovens eram alcoolatras e/ou usuárias de drogas. Não que o fato de eles terem usado seja uma consequência do uso das mães, mas todos eles também acabaram tornando-se usuários. Dos nossos quatro entrevistados, três ainda são usuários, mas confessam ter diminuído muito a quantidade consumida.

L. ficou algum tempo em uma fazenda para desintoxicação devido ao uso de drogas e passou por vários abrigos. R. morou três anos em um Centro de Recuperação para usuários de drogas. G. morou em vários abrigos até os quinze anos de idade. E, D. morou em dois abrigos também. O que eles tem em comum é que nunca conseguiam permanecer muito tempo nos abrigos, no máximo dois meses.

Infelizmente não foram poucas as vezes, quando ainda trabalhava como educadora social, que escutei a solicitação para “recolher” os meninos/as de onde estavam, como se fossem um saco de lixo. Esta percepção da sociedade deixa a entender que os meninos/as que vivem nas ruas não são humanos, ou seja, não se enquadram nos modelos sociais de comportamento ou de consumo e, por isso, não são considerados cidadãos. Nos relatos, percebemos que há um desejo constante de nossos

jovens de se integrarem ao modelo de consumo. Deixam a entender que se pudessem adquirir mais tênis, roupas, acessórios sua auto-estima seria favorecida.

Portanto, percebemos que, se a rua representa violência e perigo para as famílias e a sociedade em geral, então quem vive nela passa também a representar esses atributos, de violento e perigoso.

Nossos jovens, em geral, possuem carências de ordem emocional e familiar, contudo, o que mais me chamou a atenção é que mesmo eles terem enfrentado grandes conflitos e dificuldades em suas trajetórias de vida ainda permanecem com um grande desejo de que o futuro seja melhor do que o passado.

5. Rererências

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

CRAIDY, Carmem Maria. Meninos de rua e analfabetismo. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

FONSECA, Cláudia. Família, Fofoca e Honra: Etnografia das Relações de Gênero e Violência em Grupos Populares. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

_____. Caminhos da Adoção. São Paulo: Cortez, 1995.

GREGORI, Maria Filomena. Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche. São Paulo: Contexto, 2000.

LEMOS, Miriam Pereira. Ritos de entrada e ritos de saída da cultura da rua: trajetórias de jovens moradores de rua de Porto Alegre. [dissertação de mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa, qualidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. A rua como contexto de desenvolvimento. In: R. LORDELO, A. M. Carvalho; KOLLER, S. H. (orgs). Infância brasileira e contextos de desenvolvimento.(p. 205-230). São Paulo: Casa do Psicólogo – Salvador: Ed. UFBA, 2002.

RIZZINI, Irene. Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2003.

VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

WOORTMANN, Klass. A família das mulheres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.

ZALUAR, Alba. Cidadãos não vão ao paraíso. São Paulo: Editora Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

